

CCJ aprova projeto de Freire que acaba com o nepotismo

Proposta do senador, acolhida em caráter terminativo, estende aos demais Poderes norma que proíbe membros do Ministério Público e do Judiciário de nomear parentes até terceiro grau



José Eduardo Dutra participa da discussão do projeto de Freire aprovado ontem pela CCJ

Projeto de autoria do senador Roberto Freire (PPS-PE) que estende ao Poderes Executivo e Legislativo a norma que proíbe os membros do Ministério Público e do Judiciário de nomear parentes até terceiro grau - por exemplo, tios e sobrinhos - para cargos ou empregos em comissão, ou mantê-los sob sua chefia imediata, foi aprovado ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.

Com a aprovação terminativa, o projeto poderá ser remetido diretamente ao exame da Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para sua apreciação pelo plenário do Senado.

O relator da matéria, senador Jefferson Peres (PSDB-AM), destacou em seu parecer que a iniciativa "visa à moralização da gestão da coisa pública, impedindo o nepotismo na administração pública".

Essa providência, segundo o senador, caminha no sentido do cumprimento da Constituição, que inclui, entre os princípios que devem nortear o serviço público, os da impessoalidade e da moralidade.

O senador Roberto Freire afirma na justificativa do seu projeto que a adoção de uma norma que promovia um tratamento isonômico a todos os Poderes é urgente, já que "os inconvenientes das nomeações de parentes são os mesmos em qualquer circunstância".

NESTA EDIÇÃO

1 **Gestão empresarial participativa**

Projeto de Palmeira aprovado pela CAS regulamenta a participação dos trabalhadores na gestão das empresas. Página 7

2 **Autorizado empréstimo para a Bahia**

Estado obterá R\$ 71,6 milhões em crédito externo para obras de saneamento básico em Salvador e cidades do entorno da Baía de Todos os Santos. Página 3

Novas regras para MPs podem ser votadas hoje

O plenário do Senado deve votar hoje, em segundo e último turno, o substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) a proposta de emenda constitucional que adota novas regras para a edição e apreciação de medidas provisórias (MPs). O substitutivo, cuja discussão também se encerra hoje, eleva de 30 para 90 dias o prazo de validade de uma MP, proíbe sua reedição e permite apenas uma prorrogação, por mais 90 dias, sem mudança do texto.

Ainda hoje, o plenário discutirá em turno único e em regime de urgência projeto que autoriza o governo do

estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com aval da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 42 milhões. Esse dinheiro destina-se ao financiamento parcial do Programa de Apoio às Reformas Sociais para o Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes no Estado do Ceará (Proares) e a conceder contragarantia ao mesmo financiamento.

Também em turno único, o plenário apreciará projeto que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as carreiras de oficial de chancelaria e de assistente de chancelaria.

Jáder: PMDB não indicará ministros

A decisão, segundo nota citada pelo líder do partido no Senado, não representará "quaisquer prejuízos ao relacionamento de colaboração e solidariedade sempre existentes"



Júlio Campos

Júlio Campos cobra ponte sobre o Paraná

O senador Júlio Campos (PFL-MT) apelou ontem ao governo para que libere as verbas destinadas a terminar a ponte rodoferroviária sobre o rio Paraná, na divisa de São Paulo com Mato Grosso do Sul. Para ele, essa ponte é fundamental para a ligação ferroviária de Mato Grosso ao porto de Paranaguá, no Paraná.

- Com uma ferrovia que leve cereais de Mato Grosso a Paranaguá, o custo do transporte de grãos do Centro-Oeste cairá pela metade - afirmou.

O senador Jáder Barbalho (PMDB-PA) divulgou ontem nota oficial das lideranças do PMDB no Senado e na Câmara em que o partido comunica o propósito de não fazer indicações para os ministérios da Justiça e dos Transportes, "admitindo inclusive que os indicados não pertençam aos quadros do PMDB". A decisão não representará, conforme a nota, "quaisquer prejuízos ao relacionamento de colaboração e solidariedade sempre existentes".

Os líderes peemedebistas informam no documento que,



Jáder Barbalho

desde março, foram convidados pelo presidente da República a indicar nomes para assumir as pastas da Justiça e dos Transportes, tendo Fernando Henrique Cardoso aventado a possibilidade de criar um novo ministério, a ser ocupado por um peemedebista.

A decisão de devolver a escolha ao presidente foi tomada em reunião de lideranças do PMDB no Congresso Nacional realizada ontem e busca "melhor forma de colaborar com o governo", segundo a nota lida na íntegra por Jáder Barbalho.



Júnia Marise

Júnia vê omissão na criação de empregos

Depois de citar pesquisa do Instituto Vox Populi mostrando que 45% da população de Belo Horizonte colocam o desemprego como sua maior preocupação, a senadora Júnia Marise (PDT-MG) afirmou ontem que o governo é omissivo na execução de uma política de geração de empregos.

- O ministro do Trabalho declarou que considerará o desemprego "o grande desafio" do governo. Mas as declarações jamais refletirão o desespero do povo oprimido - disse.

Kandir vem debater LDO hoje

O ministro do Planejamento, Antonio Kandir, comparece hoje, às 10h, à Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), para prestar esclarecimentos sobre o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 1998.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

11h - Recebe o presidente da Assembléia Legislativa de Sergipe, deputado Nicodemus Correia Falcão

11h30 - Recebe missão parlamentar da Ucrânia

15h30 - Preside sessão deliberativa do Senado

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Discussão em turno único, em regime de urgência, do ***Projeto de Resolução nº 57/97**, que autoriza o governo do estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com aval da União, junto ao BID, no valor equivalente a até US\$ 42 milhões, destinada ao financiamento parcial do Programa de Apoio às Reformas Sociais para o Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes no Estado do Ceará (Proares) e a conceder contragarantia ao mesmo financiamento; terceiro e último dia de discussão em segundo turno da ***PEC nº 1/95**, que trata das medidas provisórias; e discussão em turno único do ***PLC nº 5/97**, que dá nova redação ao inciso I do art. 22 da Lei nº 8.829/93, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as carreiras de oficial de chancelaria e de assistente de chancelaria.

COMISSÕES

10h - Representação Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Pauta: Audiência pública com a presença do ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo, Francisco Dornelles, sobre o Mercosul. *Plenário 03 do Anexo II da Câmara dos Deputados*

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***Mensagens nºs 92 e 68/97**, submetendo à apreciação do Senado Federal os nomes dos diplomatas Carlos Moreira Garcia e Ricardo Luiz Viana de Carvalho para exercerem os cargos de embaixadores do Brasil junto ao Reino da Espanha e à República de Zimbábue, respectivamente; ***Mensagem nº 65/97**, submetendo à apreciação do Senado Federal o nome da diplomata There-

za Maria Machado Quintella para, cumulativamente com o cargo de embaixadora do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer o mesmo cargo junto à República da Geórgia; e ***Mensagem nº 90/97**, submetendo à apreciação do Senado Federal o nome do diplomata Oto Agripino Maia para, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil junto à África do Sul, exercer o mesmo cargo junto à República de Botsuana. *Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***PLS nº 212/95 (terminativo)**, que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos; ***PLS nº 46/96 - Complementar (não terminativo)**, que autoriza o Banco Central do Brasil a vender parte das reservas internacionais e os bancos brasileiros a realizarem empréstimos em moeda estrangeira; ***PLS nº 30/96 (terminativo)**, que dispõe sobre a aplicação das reservas cambiais; ***PLS nº 292/95 (terminativo)**, que dispõe sobre a aplicação das receitas provenientes das privatizações; e ***Ofício "S" nº 36/97 (não terminativo)**, que encaminha solicitação do governo do Rio Grande do Sul, para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro estadual, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária, vencível no 1º semestre de 1997. *Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Audiência pública com a presença do ministro do Planejamento, Antônio Kandir, para prestar esclarecimentos acerca do projeto da LDO para 1998. *Plenário 02 do Anexo II da Câmara dos Deputados*

10h30 - Comissão da Reforma Político-Partidária

Pauta: Continuação da discussão e votação do relatório final da comissão (itens do relatório que serão abordados: reeleição dos titulares de cargos executivos, imunidade parlamentar e número mínimo e máximo de vereadores). *Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa*

17h - Comissão Especial do Corredor Centro-Leste

Pauta: Assuntos gerais. *Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa*

ORDEM DO DIA

Senado aprova empréstimo para saneamento de Salvador

Recursos de R\$ 71 milhões referem-se a acordo firmado entre os governos brasileiro e japonês para financiar projetos em três estados

O governo do estado da Bahia obteve ontem autorização do plenário do Senado para contratar empréstimo no valor de R\$ 71.652.651,50, a preços de novembro de 1996, junto ao Overseas Economic Corporation Fund (OECF). Os recursos financiarão o item "Esgotamento Sanitário" do Programa de Saneamento Ambiental de Salvador e Cidades do Entorno da Baía de Todos os Santos.

A operação de crédito externo, com garantia da União e contragarantia das transferências constitucionais destinadas ao governo estadual, implicará juros de 4% ao ano sobre o



Waldeck Ornelas

saldo devedor do principal, aplicados a partir de cada um dos 37 desembolsos semestrais previstos. A primeira parcela vencerá após carência de sete anos.

Com a decisão, o plenário referendou parecer favorável

do senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos. Lauro Campos (PT-DF) registrou seu voto contrário, afirmando que, "como dizia o professor Fernando Henrique Cardoso, o endividamento externo é uma das forças mais perigosas no sentido de destruir e dissipar uma nação".

O empréstimo aprovado integra acordo ratificado ontem pelo plenário do Senado e firmado entre os governos brasileiro e japonês para a concessão de financiamento a projetos ambientais nos estados de Santa Catarina, Paraná, Bahia e Ceará.

Autorizado apoio a ajuste em Alagoas

Suplementação de crédito no valor de R\$ 35 milhões foi aprovada ontem pelo plenário do Senado para que o governo de Alagoas dê prosseguimento ao Programa de Incentivos à Exoneração Voluntária levado a efeito pelo estado no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. O empréstimo, a cargo da Caixa Econômica Federal, é um aditivo a contrato de abertura de crédito no valor de R\$ 100 milhões, firmado em dezembro de 1996.

Conforme o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), autor do parecer favorável aprovado na CAE e relatado em plenário por Lúcio Alcântara (PSDB-CE), a operação de crédito tem natureza estratégica "para o plano de estabilização em curso e para o ordenamento das finanças públicas estaduais".

Suassuna destacou que os R\$ 100 milhões iniciais foram insuficientes para o pagamento das indenizações devidas a cerca de 1/3 dos servidores estaduais que aderiram ao programa de demissões voluntárias.

Plenário aceita indicação de embaixadores

O plenário do Senado aprovou ontem as indicações dos nomes de três novos embaixadores, entre eles o diplomata Luiz Felipe de Seixas Corrêa, que será o novo representante do Brasil na Argentina.

Já o atual embaixador na Áustria, Affonso Celso de Ouro-Preto, foi autorizado pelos senadores a acumular também o cargo de embaixador junto à República Eslovaca. O embaixador na África do Sul, Oto Agripino Maia, acumulará, por sua vez, a embaixada na República de Maurício.

Senadores ratificam mudanças no capital acionário do BID

O Oitavo Aumento Geral de Recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), aprovado pela assembléia de governadores da instituição em agosto de 1994 com voto favorável do governo brasileiro, foi ontem ratificado pelo plenário do Senado. A decisão acompanhou parecer favorável apresentado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional por José Agripino (PFL-RN).

Além de aumentar o seu capital, de 60,96 bilhões de dólares para 100,96 bilhões, o BID expandiu o montante de financiamento aos países-membros em desenvolvimento da região para cerca de 7,5 bilhões de dólares anuais.

A assembléia da instituição também redistribuiu o capital



José Agripino

acionário do BID: governos da América Latina e Caribe tiveram sua participação reduzida de 53,86% para 50,01%; os Estados Unidos, com 34,67%, passaram a 30,02%; e Canadá, de 4,38% para 4%. Países extra-regionais, em compensação, tiveram seus percentuais de participação elevados de 7,09% para 15,95%.

ACORDOS

Vários acordos internacionais firmados pelo governo brasileiro tiveram seus textos também aprovados ontem pelo plenário do Senado.

Esses atos são: com Portugal, proteção e assistência consular em países onde um dos dois signatários não tenha representação; com Cuba, ajuste complementar a acordo de cooperação em transportes; com a República Popular da China, sobre quarentena vegetal; com a ONU, acordo que regulamenta a cessação de uma Companhia de Infantaria do Exército à Operação de Paz da ONU em Moçambique; com a França, acordo permitindo que familiares de agentes das missões oficiais francesas e brasileiras assumam emprego assalariado.

HOMENAGEM A PAULO FREIRE

Senadores destacam contribuição do educador

Primeira oradora da sessão especial do Senado, Benedita da Silva lembrou o desejo do homenageado, falecido no dia 2, de que não houvesse mais analfabetismo no país

O Senado Federal dedicou a primeira parte da sessão deliberativa de ontem a homenagear memória do educador Paulo Freire, falecido na sexta-feira (dia 2). A homenagem decorreu de requerimento de iniciativa da senadora Marina Silva (PT-AC) e de outros senadores.

Primeira oradora da sessão, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) disse que "o Brasil deve muito a Paulo Freire, por não ter reconhecido sua contribuição intelectual e didática, que fez com que as comunidades faveladas do país ti-



Benedita da Silva



Marina Silva

vessem uma organização consciente voltada para os seus próprios interesses". Ela destacou o desejo do educador de que no Brasil não houvesse nenhum analfabeto.

Ao citar sua experiência como professora no morro Chapéu da Mangueira, na qual adotava o "método revolucionário" de Paulo Freire,

Benedita da Silva disse ter aprendido com ele que, "na verdade, o professor não ensina, há uma troca de informações, um processo muito rico entre o educador e quem está sendo educado".

De acordo com a senadora Benedita da Silva, através do método do educador, a favela conseguiu se organizar. "Ele nos fez entender que como cidadãos temos direito à educação", frisou. Segundo ela, aquela comunidade tornou-se uma organização política consistente para enfrentar adversidades, "como a ausência do poder público".



Eduardo Suplicy

Suplicy lembra importância de renovar a escola

Em discurso de homenagem a Paulo Freire, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que o educador deu extraordinária importância à renovação das escolas, à expansão do ensino público e à participação dos professores e educadores na discussão de todo o processo pedagógico.

O senador destacou que Paulo Freire, quando secretário municipal de Educação de São Paulo, durante a administração de Luiz Erundina, implantou um programa que alfabetizou mais de 35 mil adultos.

Eduardo Suplicy também leu trechos do discurso que seria proferido pela senadora Marina Silva (PT-AC), a qual não pôde comparecer à sessão. No pronunciamento, a senadora ressaltou que a preocupação central de Paulo Freire era a liberdade conquistada de maneira consciente. "A educação era sua principal arma. Não era a única porque o amor ao outro nunca foi para ele um princípio superado", frisou.

"Ler é poder", rememora Lauro

O senador Lauro Campos (PT-DF) exaltou ontem a memória do educador Paulo Freire, destacando a inteligência, a personalidade e a importância do método de ensino desenvolvido por ele e "que revolucionou a pedagogia tradicional".

De acordo com o senador, o método de Paulo Freire substituiu "os símbolos vazios, a linguagem oca das salas de aula pela linguagem da experiência vivida pelos alunos e professores. Além disso, o educador não ensinou apenas a poder ler, mas que ler é poder".

Lauro Campos lembrou que Paulo Freire receberia na terça-feira o seu 36º



Lauro Campos

doutoramento *honoris causa*, esse da Universidade de Havana (Cuba) e que já era considerado pelo educador como o título mais importante da sua vida. Segundo o senador, Paulo Freire pretendia morar nos Estados Unidos para ensinar na Universidade de Harvard, "sonho que não se realizou".

- Paulo Freire morreu sonhando, desejando espalhar

suas idéias, colocar o método da Pedagogia do Oprimido a serviço dos oprimidos do mundo. Tornar iguais, como sempre fez na sala de aula, professores e alunos - afirmou.

Lauro Campos disse que o Partido dos Trabalhadores tinha orgulho de contar com Paulo Freire entre os seus maiores correligionários. E citou um dos comentários feitos pelo educador à imprensa, no qual afirmou: "Não há democracia sem a convivência com o diferente. Se você recusa o diferente, você discrimina o diferente, o que é um absurdo. A democracia não pretende criar santos, mas fazer justiça".

Celso de Mello prega harmonia entre Poderes

Em visita a Antonio Carlos Magalhães, o futuro presidente do STF diz que "a reforma do Judiciário é tão importante que não deve ser tratada apenas por juristas e advogados"

O futuro presidente do Supremo Tribunal Federal, José Celso de Mello, visitou ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, a quem convidou para a solenidade de sua posse, marcada para o dia 22. O ministro aproveitou a oportunidade para destacar a importância do diálogo entre as instituições que compõem os Poderes da República, em bases de igualdade e respeito, dentro dos limites fixados pela Constituição.

Celso de Mello, que estava acompanhado do advogado e



Celso de Mello convidou ACM para posse no STF dia 22

ex-ministro da Justiça Saulo Ramos, considerou "normais" as críticas trocadas entre o

ministro Sepúlveda Pertence e o senador Antonio Carlos Magalhães. O ministro disse

não ver qualquer ameaça às instituições em polêmicas onde seus protagonistas não pretendam ficar acima da Constituição.

Ele informou ter conversado com o senador Antonio Carlos Magalhães sobre questões como a reforma do Judiciário e a proposta de emenda sobre efeito vinculante, matérias em tramitação no Congresso. "A reforma do Judiciário é tão importante que não deve ser tratada apenas por juristas e advogados", disse o ministro a Antonio Carlos Magalhães.

CPI DOS PRECATÓRIOS

Suplicy propõe que Maluf explique uso que fez de recursos

Eduardo Suplicy (PT-SP) leu ontem, na tribuna, resposta a Paulo Maluf, que o acusa de irresponsabilidade por ter divulgado conversa informal mantida com Manoel Moreira Neto. Trata-se do diretor e acionista da Sabra Factoring, CMA Plastics e CMA Importação e Exportação, empresas que movimentaram R\$ 750 milhões de corretoras que negociaram títulos emitidos para pagar precatórios.

Conforme Suplicy, Vilson Kleinfübing (PFL-SC) e Romeu Tuma (PFL-SP), que também ouviram Moreira, ao ser indagado sobre quem idealizou o esquema de emissão de títulos, este respondeu que foi o chefe do chefe. Referia-se a Celso Pitta, ex-secretário de Finanças de São Paulo, e a seu então chefe, o ex-prefeito Paulo Maluf. Na nota, Suplicy disse que "o sr. Paulo Maluf deveria ser o primeiro a querer comparecer à CPI para explicar e comprovar que os recursos arrecadados com a emissão de títulos foram realmente utilizados para pagar precatórios judiciais".

Para Cabral, sentença do STF reconhece os acertos da CPI

Ao saber que o Supremo Tribunal Federal decidiu pela impropriedade da ação ajuizada por Pedro Neiva, ex-funcionário da prefeitura de São Paulo e um dos investigados pela CPI dos Precatórios, o presidente da comissão, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), disse ontem que, com essa sentença, "o Tribunal reconheceu que a CPI está no caminho certo, atrás dos fraudadores".

A primeira consequência da decisão do STF é que o registro das ligações telefônicas de Pedro Neiva não está mais protegido pela liminar de *habeas corpus* concedida anteriormente pelo ministro Carlos Máximo Velloso, integrante daquela Corte. Por sete vo-

tos a quatro, os ministros entenderam que o *habeas corpus* não é o instrumento jurídico adequado para questionar a decisão da CPI sobre a quebra desse sigilo.

Para a maioria do STF, a quebra do sigilo sobre o registro de ligações telefônicas "não representou uma violência praticada contra o direito de locomoção de Pedro Neiva, a única hipótese que autorizaria a condenação do pedido". No entendimento do Supremo, a quebra desse sigilo poderia ter apenas afetado o direito constitucional que garante proteção à intimidade. Mas para o tribunal examinar tal possibilidade, Pedro Neiva teria que ajuizar agora um mandado de segurança.



Bernardo Cabral



Romero Jucá

Jucá pede pressa na votação da reforma administrativa

O senador Romero Jucá (PFL-RR) afirmou ontem que sem a reforma administrativa, que está sendo votada na Câmara, os estados não terão condições de resolver os seus problemas financeiros. Jucá lamentou que a votação da proposta esteja atrasada, e pediu aos líderes partidários que agilizem no sentido de que a matéria seja aprovada o mais rapidamente possível.

Jucá dirigiu apelo às lideranças do PFL e do PSDB para que aproveem a emenda aglutinativa, apresentada pelo deputado Luciano Castro (RR), que "clarifica" a situação dos servidores que pertenciam aos ex-territórios. Jucá disse que o item sobre servidor público, na proposta de reforma administrativa, conta com o apoio do próprio Executivo.

COMISSÃO DE JUSTIÇA

Busca de criança desaparecida pode começar imediatamente

CCJ aprova proposta que prevê início das buscas tão logo a polícia receba o comunicado do fato e não mais no prazo de 24 horas

As investigações sobre desaparecimento de menores deverão ser iniciadas tão logo as delegacias de polícia recebam a comunicação do fato. É o que estabelece projeto de autoria do senador Ernandes Amorim (PPB-RO), aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). No geral, a polícia espera 24 horas para iniciar as buscas.

O senador José Bianco (PFL-RO), relator da matéria, defendeu a aprovação da medida, por entender que "o crescimento da violência, dos abusos sexuais, do tráfico de bebês e outras mazelas que assustam a sociedade deve ser respondido com medidas que garantam maior segurança às crianças". O projeto será agora encaminhado à votação do plenário.



Na reunião presidida por Cabral, a CCJ apreciou diversas matérias

MORADIA

Na mesma reunião, presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), a CCJ aprovou relatório favorável a proposta de emenda constitucional, de autoria do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), que inclui a moradia entre os direitos sociais amparados pela Carta. A matéria foi relatada pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP) e

será submetida à votação do plenário, em dois turnos.

A comissão decidiu, por sugestão do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), criar uma subcomissão para examinar várias propostas de emenda constitucional e projetos de lei complementar em tramitação, sobre prorrogação da vigência da lei orçamentária para o exercício financeiro seguinte.

Cabral vai relatar matérias eleitorais

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Bernardo Cabral (PFL-AM), relatará todos os projetos sobre lei eleitoral em tramitação no Senado. Ele acolheu sugestão apresentada nesse sentido pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), que entende ser essa a maneira mais adequada de se antecipar a discussão da matéria e votá-la a tempo de entrar em vigor nas próximas eleições.

Conforme Bernardo Cabral, tramitam na Casa, sobre o assunto, proposições dos senadores Lauro Campos (PT-DF), Edison Lobão (PFL-MA) e Pedro Simon,

além da apresentada pela Comissão Especial da Reforma Político-Partidária.

FALÊNCIA

A CCJ aprovou, em caráter terminativo, substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) a projeto da senadora Benedita da Silva (PT-RJ), que permite aos empregados de empresa falida eleger um representante legal para acompanhar o processo, com pleno acesso a todos os atos ou deliberações da falência. A proposta, segundo o relator, pretende assegurar "a satisfação dos créditos de natureza trabalhista".

Com três emendas apresentadas pelo relator, José Fogaça, a CCJ acolheu parecer fa-

vorável à proposta, do senador Júlio Campos (PFL-MT), que torna crime expor a vida, a integridade corporal ou a saúde de alguém com o fornecimento de gás liquefeito em recipiente não adequado.

Com voto contrário, em separado, do senador Josaphat Marinho (PFL-BA), a comissão aprovou parecer do senador José Bianco (PFL-RO) a projeto do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), extinguindo a gratuidade da publicação de despachos, intimações, atas de sessões de tribunais e notas de expediente dos cartórios, exceto para os carentes. Os três projetos deverão ser submetidos ao plenário.

CAS propõe votar projetos sobre índios

O presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Ademir Andrade (PSB-PA), informou que a comissão está trabalhando em conjunto com entidades civis e com as comissões de Direitos Humanos e de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara, com o objetivo de levar o Congresso a "assumir a responsabilidade de colocar em pauta" todos os projetos relativos aos índios.

Em carta datada do último dia 6, dirigida ao presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, as três comissões, o Cimi (Conselho Indigenista Missionário), a Capoib (Coordenação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) e o Inesc (Instituto de Estudos Sócio-Econômicos) defendem urgência na apreciação de cinco matérias: o projeto de decreto legislativo que ratifica a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, o projeto de lei do Estatuto das Sociedades Indígenas, o que trata da saúde entre os povos indígenas, o que dispõe sobre o trabalho escravo e o projeto de lei complementar que define a hipótese de relevante interesse público da União para os fins previstos no art. 231, § 6º, da Constituição.

Na reunião de ontem, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) fez um relato dos encontros que manteve, em nome da CAS, com os deputados daquelas comissões. Ele apresentou as decisões da reunião, no último dia 2, do Comitê Galdino Jesus dos Santos, criado após encontro dos parlamentares e de representantes de entidades civis, realizado no dia 30 de abril.

ASSUNTOS SOCIAIS

Gratuidade para registro de nascimento

Projeto de lei que torna obrigatório o fornecimento gratuito de registro de nascimento efetuado fora do prazo, quando destinado à obtenção da Carteira de Trabalho e Previdência Social, foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais e agora irá a plenário.

De acordo com o parecer da relatora, senadora Benedita da Silva (PT-RJ), a proposição atende às necessidades de grande número de brasileiros que se acham excluídos dos mais simples direitos de cidadania. Ela destacou que pesquisa do IBGE indica que o Brasil tem hoje cerca de 50 milhões de brasileiros sem registro de nascimento.

NOTIFICAÇÃO

A CAS aprovou também ontem projeto que institui, em todo o território nacional, a notificação compulsória para os casos de intoxicação humana por produtos e substâncias químicas ou agentes biológicos, que tenham recebido atendimento hospitalar ou ambulatorial.

O projeto, que ainda será submetido ao plenário da Casa, foi relatado favoravelmente pelo senador José Alves (PFL-SE), que apresentou três emendas visando ao aperfeiçoamento do texto.

Projeto que regulamenta a profissão de classificador de produtos vegetais, relatado favoravelmente pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), recebeu pedido de vistas da senadora Benedita da Silva, para quem existe portaria que dá respaldo a esse tipo de profissão.



A reunião de ontem da Comissão de Assuntos Sociais foi presidida por Ademir Andrade

Participação na gestão das empresas agora tem regras

CAS aprova em caráter terminativo projeto de Guilherme Palmeira que regulamenta a medida nas empresas com mais de 200 empregados

Por 10 votos a 4, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida por Ademir Andrade (PSB-PA), aprovou ontem projeto de lei de autoria de Guilherme Palmeira (PFL-AL) que regulamenta a participação dos trabalhadores na gestão das empresas. A matéria foi aprovada em caráter terminativo - não irá a plenário, salvo se 1/10 dos membros do Senado recorrer da decisão.

Conforme a proposição, originalmente apresentada pelo então senador Marco Maciel e reapresentada por Palmeira, a participação dos trabalhadores

ocorrerá nas empresas privadas com mais de duzentos empregados, urbanas e rurais, e também nas públicas e nas que desenvolvem atividade de natureza não-econômica. Essa participação é assegurada em acordo coletivo firmado entre o empregador e seus empregados.

Ainda segundo a proposição aprovada, que recebeu parecer favorável de Casildo Maldaner (PMDB-SC), a participação mínima na gestão é a de um representante dos empregados, eleito por eles. A empresa fica obrigada a receber desse repre-

sentante as postulações dos empregados, dar-lhes resposta e fornecer a ele as informações requeridas sobre a vida da empresa.

A negociação das cláusulas do acordo coletivo relativas à participação na gestão, do lado dos empregados, será feita por representantes eleitos ou pelo sindicato representativo da categoria, se isto for deliberado em assembleia especialmente convocada para esse fim. O acordo terá que ser registrado na Justiça do Trabalho, e a empresa gozará de algumas vantagens, previstas no projeto.

Terreno para casa própria poderá ser comprado com saldo do FGTS

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou substitutivo de Valmir Campelo (PTB-DF) a projeto de Pedro Simon (PMDB-RS) que permite a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na compra de terreno para construção da casa própria. A proposição foi aprovada em dois turnos, em caráter terminativo.

De acordo com o substitutivo, que incorporou emendas de Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Gerson Camata (PMDB-ES), o fundo de garantia pode ser

sacado pelo trabalhador para a aquisição de terreno urbano ou rural, desde que o titular de conta vinculada tenha no mínimo três anos de trabalho sob o regime do FGTS. Para ter o direito previsto no projeto, o trabalhador terá ainda de possuir renda familiar de, no máximo, R\$ 700,00, e não ser proprietário de outro imóvel residencial.

O projeto estabelece que o terreno adquirido terá como única finalidade a construção de moradia própria, que a obra deverá ser executada no prazo

máximo de 24 meses e que sua comprovação será realizada até o 25º mês, contados da aquisição efetiva do terreno.

Por sugestão de Benedita da Silva (PT-RJ), o relator retirou do texto norma que restringia a utilização do saldo da conta até o limite de 50% do valor do terreno. Em seu parecer ao projeto, Valmir Campelo destacou que o projeto de Pedro Simon é de grande alcance social e representa alternativa válida para o equacionamento do déficit habitacional existente no país.

Tuma alerta para o perigo da fraude de Santos

Medicamentos, substâncias químicas e farmacêuticas e equipamentos para hospitais e laboratórios estavam ingressando ilegalmente no país sem inspeção, denuncia o senador

Benedita elogia juíza por liminar no caso da Vale

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) congratulou a juíza da 7ª Vara Federal do Rio, Salette Macalóz, pela liminar suspendendo o leilão de privatização da Vale do Rio Doce, depois revogada. "O tempo dirá que a privatização é um erro e que a decisão da juíza era a mais correta", afirmou.

A senadora disse que a juíza é conhecida pela "firmeza" com que trata as questões sociais e pela "leitura consciente" que faz dos direitos trabalhistas. Benedita lembrou outras decisões de Salette, como a concessão de um reajuste de 147% aos aposentados, em 1991, e outro de 33,46% a funcionários da Marinha, no ano passado, referentes a perdas salariais do Plano Collor II.

EVANGÉLICOS

Benedita da Silva destacou reportagem do jornal *O Dia* sobre possíveis interdições em igrejas evangélicas no Rio de Janeiro, que estariam desrespeitando a lei do silêncio. Ela disse que a ameaça é um absurdo, já que - enfatizou - a Constituição garante a liberdade de culto.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse ontem que a falsificação de guias de importação de medicamentos, no Porto de Santos, "surpreende e horroriza, tamanho o potencial de risco que traz à população". A fraude, divulgada pela *Folha de S. Paulo*, envolve funcionários da União e laboratórios.

O senador anunciou que o antigo chefe de vigilância sanitária do local, José Pereira Sartori, é o principal suspeito



Romeu Tuma

do golpe, que permitiu a entrada no país de medicamentos, substâncias químicas e farmacêuticas, equipamentos hospitalares, laboratoriais e correlatos, tudo sem as inspeções de lei.

Romeu Tuma informou que a falsificação, denunciada por funcionários do porto, está comprovada. Ele entende que o Senado deve incentivar e apoiar as ações da Polícia Federal na investigação do caso.

Petrobrás corre risco de ser privatizada, diz Dutra

O líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), alertou o plenário para o risco de, depois da Companhia Vale do Rio Doce, o governo Fernando Henrique querer privatizar também a Petrobrás. Com os mesmos argumentos para a venda da Vale, ele poderá esquecer o compromisso de manter a Petrobrás, afirmou.

O senador referia-se à car-



Dutra

ta que o presidente da República enviou ao senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), quando este relatou a emenda sobre a quebra do monopólio do petróleo, comprometendo-se a não privatizar a Pe-

trobrás. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse, em aparte, que o leilão da Vale feriu procedimentos jurídicos e direitos da população.

Marluce exalta redução das cáries no Brasil

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) destacou ontem pesquisa do Ministério da Saúde que mostra uma queda de 50%



Marluce

no número de cáries em crianças de seis a 12 anos, nas 27 capitais brasileiras. Segundo ela, essa diminuição foi resultado de um "trabalho sério" dos governos federal e estaduais.

Segundo Marluce, o estudo constatou que as capitais do Centro-Sul apresentam os melhores resultados, e as capitais do Norte e Nordeste, os piores. A senadora informou que a cidade que apresenta o melhor índice entre as capitais é Vitória, com uma cárie por criança de 12 anos, e a com pior desempenho é Boa Vista, com seis cáries por criança.

- A culpa não é de Boa Vista. Não é justo destacar uma sociedade com pior desempenho em determinada situação, quando, na verdade, pior é o tratamento que se dá a essa sociedade - considerou.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, GERALDO MELO E ROMEU TUMA E PELAS SENADORAS MARLUCE PINTO E JÚNIA MARISE

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - **Telefones:** (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e **Fax:** 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.